



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2011.0000268072

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0017648-91.2009.8.26.0320, da Comarca de Limeira, em que são apelantes MONICA CRISTINA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), ADEMIR ANTONIO DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), ROBSON CESAR DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) e RODRIGO ANTONIO DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados THIAGO ALVES DE SOUZA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), LUCAS ANDRE ESTEVES (JUSTIÇA GRATUITA), SINVAL DAS DORES DA SILVA SOUSA (REVEL) e CLEUSA DAS DORES DA SILVA SOUSA (REVEL).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PALMA BISSON (Presidente) e DYRCEU CINTRA.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

Arantes Theodoro

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO CÍVEL	0017648-91.2009.8.26.0320
APELANTES	Monica Cristina dos Santos e outros
APELADOS	Thiago Alves de Souza e outros
COMARCA	Limeira – 4ª Vara Cível

VOTO Nº 18.463

EMENTA - Ação indenizatória. Atropelamento. Motociclista não habilitado que visualiza pedestres empreendendo travessia da via. Culpa reconhecida. Pleito indenizatório acolhido. Apelação provida.

Sentença cujo relatório se adota julgou improcedente ação indenizatória conseqüente a acidente de trânsito.

Os autores apelam e pedem a inversão desse resultado.

Para tanto eles afirmam que à época do acidente o réu era menor não habilitado a pilotar motocicleta, o que fazia presumir a sua culpa, mostrando-se irrelevante a notícia que de a vítima atravessara a via fora da faixa de pedestres.

Recurso regularmente processado e respondido.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

É o relatório.

No processo acabaram não sendo ouvidas as testemunhas que à autoridade policial haviam informado estar o piloto conduzindo a motocicleta em alta velocidade por ocasião dos fatos (fls. 25), particularidade que o próprio condutor havia confirmado ao Ministério Público (fls. 34), isso depois de num primeiro momento ter mentido aos Policiais Militares ao dizer que se acidentara em outro local (fls. 25).

À vista de tal quadro o Juiz reputou improcedente a ação.

No entanto, respeitada a íntima convicção do douto julgador, a espécie comportava desfecho diverso.

Com efeito, na contestação o réu Thiago admitiu não ser habilitado, mas negou pilotar a motocicleta em alta velocidade.

Assim, ele informou que ao se aproximar de um cruzamento viu a vítima e sua acompanhante atravessando a via pública, tendo ainda assim seguido adiante sem diminuir a marcha e só próximo a elas tentado desviar, ocasião em que ambas assim também o fizeram, sendo então atropeladas.

Ora, a obrigação do réu era dar preferência às pedestres ou pelo menos passar por elas de modo a não colocá-las em risco, nada importando a circunstância de estarem fora da faixa, eis que já haviam



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

iniciado a travessia quando da chegada da motocicleta.

De fato, o artigo 44 do Código de Trânsito expressamente prevê que *“Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.”*

O artigo 29 § 2º, de seu turno, anuncia que cabe ao condutor de veículo motorizado zelar pela incolumidade dos pedestres.

Caso era, pois, de se reconhecer que o atropelamento ocorreu por culpa exclusiva do aludido réu, motivo pelo qual havia ele de ser compelido a reparar o dano.

Pela indenização haviam de responder solidariamente também os pais, cabendo lembrar que tal responsabilidade, porque decorre diretamente da lei (art. 932, I, do Código Civil), independe de indagação sobre culpa.

O co-réu Lucas, proprietário da motocicleta, igualmente havia de ser compelido a reparar os danos, anotado que nem mínima prova ele apresentou de ter doado a motocicleta ao co-réu.

Afinal, conforme se tem entendido, o dono é o guardião da coisa, cujo uso envolve risco inerente. Por isso e nos termos da lei (artigo 927, § único, do Código Civil), independentemente de indagação sobre culpa o proprietário do veículo responde solidariamente pelos danos provocados pelo condutor a quem ele cedeu o bem.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

Nessa linha, aliás, tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

“Em matéria de acidente automobilístico, o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz e que provoca o acidente, pouco importando que o motorista não seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja gratuito ou oneroso, uma vez que sendo o automóvel um veículo perigoso, o seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros. Provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo fica solidariamente responsável pela reparação do dano, como criador do risco para os seus semelhantes.” (REsp. nº 577.902-DF, rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro).

“Civil. Responsabilidade. Acidente de trânsito. O proprietário responde solidariamente pelos danos causados por terceiro a quem emprestou o veículo. Agravo regimental não provido.” (REsp. nº 233.111-SP, rel. Min. Ari Pargendler).

Na espécie os autores limitaram o pedido ao reembolso de despesas com obtenção de documentos e à paga de indenização pelo dano moral. (fls. 20).

Ora, as aludidas despesas, que perfaziam o valor nominal de R\$ 93,60 (fls. 60), foram devidamente comprovadas.

Por isso, os réus ficam agora condenados ao correspondente ressarcimento, incidindo sobre os itens indicados na planilha acostada à petição inicial correção monetária e juros de mora à taxa legal desde cada desembolso.

A indenização pelo dano moral é



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

igualmente devida, eis que a vítima era cônjuge do primeiro autor e mãe dos demais, sendo então dispensável a prova da dor, eis que intuitiva a repercussão da morte no plano moral.

Reputa-se razoável fixar tal paga em R\$ 54.500,00, valor hoje correspondente a cem salários-mínimos, que será desde então atualizado pelos índices de correção monetária e acrescido de juros de mora à taxa legal contados da data do fato (outubro de 2008).

Esse, de fato, é o valor que tem sido prestigiado pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp. 690.975-MS, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 7.10.2008; REsp. 711.887-PR, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, 21.9.2006; REsp. 691.217-RS, rel. Min. Nancy Andrichi, 6.4.2006; etc).

Os réus respondem pelas custas e pelos honorários advocatícios, que em atenção às circunstâncias indicadas no § 3º do art. 20 do CPC são fixados em 15% do valor da condenação.

Para os fins indicados, dá-se provimento ao recurso.

ARANTES THEODORO

Relator